

JUSTIÇA & CIDADANIA

GESTÃO
CORREGEDORIA NACIONAL DE
JUSTIÇA: O LEGADO DO MINISTRO
LUIS FELIPE SALOMÃO

JUSTIÇA DO TRABALHO
MINISTRO FABRÍCIO GONÇALVES
TOMA POSSE NO TST

ESPAÇO SUPREMO
STF ABRE AS PORTAS PARA
INFLUENCIADORES DIGITAIS



MINISTRO HERMAN BENJAMIN ASSUME STJ COM FOCO EM QUESTÕES SOCIAIS

**"PAPEL DO STJ É CRUCIAL NO
ROTEIRO DE INCLUSÃO SOCIAL,
ÉTNICA E AMBIENTAL"**

O PODER JUDICIÁRIO EM UMA DEMOCRACIA DIGITAL

FREDERICO MENDES JÚNIOR

Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros



Fenômeno contemporâneo verificado em todos os setores da vida social, a digitalização tem transformado também o Poder Judiciário, que, como guardião da Constituição e do Estado Democrático de Direito, necessita de modernização constante para continuar garantindo a cidadania no século XXI. Afinal, as novas tecnologias criam obstáculos e oportunidades inéditas, que impactam diretamente a efetividade da prestação jurisdicional.

A rápida transformação digital dos últimos anos aumentou o alcance e a celeridade da Justiça. Todavia, ao passo em que facilita a consulta e a tramitação dos processos, expõe o Judiciário à eventualidade de ataques cibernéticos – o que exige investimentos substanciais em infraestrutura, no treinamento de pessoal e na defesa dos sistemas.

Na democracia digital, em que a tecnologia permeia cada aspecto das esferas pública e privada, a segurança da informação e a proteção da privacidade precisam caminhar lado a lado com a racionalização de rotinas administrativas e a redução de custos operacionais, sem descuidar da eficiência e da publicidade.

O *upgrade* do Judiciário por meio da digitalização, para além de agilizar os julgamentos, democratiza o acesso à Justiça. Em semelhante contexto, a implementação de plataformas digitais para a gestão de demandas, a realização de audiências on-line e a comunicação eletrônica entre magistrados, servidores e partes interessadas revelam-se ferramentas cruciais.

Um fator complicador é a desigualdade no alcance da tecnologia: embora a digitalização alargue as portas de entrada do Sistema de Justiça, ela pode exacerbar disparidades, visto que populações do interior do país – sobretudo das áreas mais remotas – costumam se deparar com impeditivos para desfrutar dos serviços judiciais digitais, vivenciando um novo tipo de exclusão.

Por esse motivo, a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) realizará, entre 14 e 16 de novembro, o 8º Encontro Nacional dos Juizes Estaduais (Enaje) com o tema O Poder Judiciário em uma Democracia Digital – Desafios, Problemas e a Modernização da Justiça Brasileira, que vai abordar tanto os impactos dos novos instrumentos quanto as questões de sustentabilidade, igualmente necessárias.

Discutiremos a urgência da preservação da independência judicial na era digital, em que a desinformação já provocou resultados negativos como a descredibilização do Judiciário por intermédio de ofensas e de manipulações.

A programação inclui, ainda, uma extensa agenda de conferências e painéis, com amplo espaço de debate sobre os tópicos em foco. Esperamos a participação de mais de mil pessoas, entre magistrados e outras autoridades, no maior evento da magistratura estadual já realizado.

A Justiça do amanhã será ágil, eficaz, transparente e acessível. Para tanto, é imprescindível o emprego da inteligência artificial na simplificação da burocracia e na análise de dados, a fim de identificar padrões, prever tendências e evitar erros. A automação de certos procedimentos judiciais é benéfica e bem-vinda, contudo, as decisões não podem dispensar o exame humano, dado que as sentenças, mais do que justas, devem ser percebidas como tal pela população.

O Poder Judiciário tem a missão de fazer com que a Justiça seja um bem público à disposição de todos – e que as ferramentas digitais salvaguardem os direitos fundamentais. É hora de assumirmos o protagonismo da construção de um futuro em que a tecnologia se configure como elemento de pacificação em uma sociedade verdadeiramente justa e igualitária.

